



GRUPO PARLAMENTAR

Exma. Senhora,

Presidente da Comissão Parlamentar de Cultura e Comunicação

Assunto: Requerimento - Calendário Urgente de Audições na Área da Cultura

Um ano passado sobre a chegada e impactos da pandemia de covid-19 a Portugal, podemos concluir, com números e factos, que a Ministra da Cultura falhou estrondosamente com as exigências, respostas e medidas destinadas a proteger o setor Cultural e Criativo.

Depois de medidas de apoio insuficientes e tardias levadas a cabo pelo Ministério da Cultura no sector que tutela e que é vítima desta pandemia, o Governo Português desconsidera e desvaloriza a dimensão cultural, colocando em causa o futuro próximo deste setor.

Esgotados os apelos dos agentes culturais ao diálogo e a ausência de propostas conjuntas com as entidades do setor da Cultura, este encontra-se hoje sem presente e com futuro ameaçado, entregue a si mesmo e a passar por situações pessoais e patrimoniais dramáticas, conforme relata diariamente a comunicação social e dão eco as redes sociais.

Chegamos até ao absurdo de – face à inexistência de um Ministério e de uma Ministra da Cultura – centenas de personalidades e entidades artísticas representantes das mais diversas áreas desde o teatro, dança, cinema, produção e gestão cultural entre outras, comunicarem por “Carta Aberta” com o próprio Primeiro Ministro.



GRUPO PARLAMENTAR

E é este que – com a falta de sentido de responsabilidade e ligeireza que o tema dispensa - pela mesma imprensa devolve uma **“Resposta na volta do correio a uma Carta Aberta”** às exigências formuladas, mas, como sempre, de forma vaga e pouco esclarecedora, não explicando as razões para não existir um compromisso nacional que confira à área da Cultura o protagonismo que lhe é devido.

Em boa verdade, a Carta Aberta do Senhor Primeiro Ministro não passa de uma manobra de dilação, afirmando inclusivamente que existe o objetivo de considerar novos programas ou novos projectos e, por isso, serem bem-vindos os contributos que chegassem até 01 de março, dia em que terminou a consulta pública do programa. Aqui, o Senhor Primeiro Ministro mostra ignorar a realidade, uma vez que o sector cultural tem estado a apresentar propostas desde o início da pandemia.

Em 23 de dezembro o GP/PSD, dando sequência a uma Resolução do Parlamento Europeu – Resolução “Recuperação Cultural da Europa”, apresentou na Assembleia da República o PROJETO DE RESOLUÇÃO n.º 819/XIV/2.^a, que recomenda ao Governo a afetação ao sector cultural e criativo nacional de valor não inferior a 2% das verbas europeias do Mecanismo de Recuperação e Resiliência que cabem a Portugal.

E é exatamente este o conteúdo da reclamação que agora se recupera com esta “Carta Aberta” de 19 de fevereiro, para a qual a resposta e garantia do governo foi nula.

Ora,

quando o governo falha e falha clamorosamente, compete à Assembleia da República cumprir o seu papel fiscalizador e aos partidos da oposição – em especial ao PSD, como maior partido da oposição – compelir o governo a governar.



GRUPO PARLAMENTAR

Quando o governo falha no diálogo e nas medidas urgentes, compete aos Grupos Parlamentares denunciar, auscultar e construir respostas robustas, claras e urgentes para o presente e futuro da Cultura em Portugal.

Face ao exposto, o GP/PSD requer, por pertinente e indispensável, a Audição Parlamentar das seguintes entidades/personalidades:

1. Associação Espetáculo - Agentes e Promotores Portugueses (AEAPP)
2. Associação Promotores de Espetáculos, Festivais e Eventos (APEFE)
3. Associação Portuguesa de Festivais de Música (APORFEST)
4. Associação Portuguesa de Serviços Técnicos para Eventos (APSTE)
5. Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP)
6. Associação Portuguesa de Museologia (APOM)
7. Associação Nacional das Orquestras Regionais
8. Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal (ARP)
9. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação (BAD)
10. Associação dos Arquitetos Portugueses
11. APEL – Associação Portuguesa de Editores e Livreiros
12. APEAC – Associação Portuguesa de Empresários e Artistas de Circo
13. Ação Cooperativista de Apoio-Artistas, Técnicos e Produtores
14. Acesso Cultura
15. Associação Precários Inflexíveis
16. Agência da Curta Metragem
17. AMAEI – Associação de Músicos Artistas e Editores Independentes



GRUPO PARLAMENTAR

18. APNEIA – Associação de Produtores do Norte e Empresários Independentes do Audiovisual
19. APORDOC – Associação Pelo Documentário
20. APR – Associação Portuguesa de Realizadores
21. APTA – Associação Portuguesa de Técnicos do Audiovisual
22. APRAF - Associação Portuguesa de Realizadores e Argumentistas de Ficção
23. APAD – Associação Portuguesa de Argumentistas e Dramaturgos
24. APIT - Associação de Produtores Independentes de Televisão
25. APCA - Associação de Produtores de Cinema e Audiovisual
26. ARCA - Associação de Realizadores de Cinema e Audiovisuais
27. Centro de Administração de Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (CAPP-ISCSP) da Universidade de Lisboa - equipa do Mapeamento do Território Cultural e Artístico em Portugal
28. ICOM Portugal - Conselho Internacional de Museus
29. GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais
30. GDA – Gestão dos Direitos dos Artistas
31. Movimento Pelo Cinema Português
32. Plataforma do Cinema
33. Plataforma Convergência pela Cultura
34. Plateia – Associação de Profissionais das Artes Cénicas
35. Prótoiro - Federação Portuguesa de Tauromaquia
36. REDE - Associação de Estruturas para a Dança Contemporânea
37. RELI - Rede de Livrarias Independentes
38. Sindicato dos Trabalhadores de Espetáculos, do Audiovisual e dos Músicos (CENA-STE)
39. SOS Arte PT
40. SPA - Sociedade Portuguesa de Autores



GRUPO PARLAMENTAR

Assembleia da República, 2 de março de 2021

Os Deputados do GP/PSD